

Governo dará reajuste na linha da inflação

Secretário João Andrade revela um quadro financeiro de aperto para deputados, inclusive sobre recursos em caixa



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Habacucque Villacorte



O secretário de Estado da Fazenda, João Andrade, apresentou até o início da tarde de ontem, aos membros da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Tributação da Assembleia Legislativa, os dados fiscais referentes ao terceiro quadrimestre de 2012. Durante a exposição, João Andrade explicou que, apesar das dificuldades, o

Estado está com suas finanças equilibradas. A participação do secretário da Fazenda na comissão atende a um dispositivo constitucional que prevê a prestação de contas ao Parlamento estadual.

Sobre o esperado anúncio do reajuste dos servidores públicos, João Andrade confirmou que a proposta será encaminhada para a Assembleia Legislativa nos próximos dias, embora já tenha antecipado que ele, no máximo, corrigirá as perdas com a inflação, ou seja, ficará em torno de 6%. O secretário alertou que o Estado não

possui reservas no caixa.

“O Estado conta apenas com o volume necessário para girar o fluxo do recurso do mês. Não tem reservas ou folga para o atendimento de despesas adicionais além daquelas que nós já temos. Pelo planejamento que nós temos, todas os compromissos que o Estado tem com a folha, com os fornecedores e as obras já está tudo equacionado, dentro das receitas que estamos recebendo. Agora é uma execução financeira apertada”, disse o secretário.

Dando continuidade a sua

exposição para os deputados, e questionado sobre os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, João Andrade disse que “o Poder Executivo, desde o ano passado, está desengatado no limite prudencial, o que estabelece algumas vedações para aumento de despesa com pessoal. Temos também o Tribunal de Contas que também não está devidamente enquadrado na LRF. A Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário e o Ministério Público estão completamente enquadrados nos limites estabelecidos”.

Por fim, João Andrade garantiu que os investimentos estão assegurados. “Só haveria risco se o Estado tivesse limitações para acessar operações de crédito. Desde a grande crise que se abateu sobre as receitas dos Estados e não crescimento da economia na velocidade que o País precisa, os Estados brasileiros estão buscando o sistema financeiro, com autorização do tesouro nacional, para acessar operações de crédito e fazer os devidos investimentos. Sergipe tem duas fontes garantidas de recursos que vem permitindo manter um

patamar de investimentos significativo: os repasses da União (PAC) que vem suportando várias obras, bem como operações de crédito”.

• Números

Em síntese, dentre tabelas e estimativas, o secretário apresentou uma realidade difícil para o Estado no final de 2012. De receita total o governo do Estado chegou à marca dos R\$ 6,4 bilhões contra uma despesa total de R\$ 6,5 bilhões, resultando em um saldo negativo de aproximadamente R\$ 121,8 milhões.